

O letramento digital no ensino fundamental das escolas públicas: uma análise teórica

Autoras:

Kelly Cristina de Aguiar Rosa Costa

Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica - IFES, Espírito Santo

Marinalva Maniçoba de Lira

Especialista em Linguística Aplicada à Língua e a Literatura pela Faculdade do Noroeste de Minas - FINOM, Brasília

Norberta Nunes de Souza

Mestre em Educação Tecnológica - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) - Campus Avançado Arcos.

DOI: 10.58203/Licuri.21654

Como citar este capítulo:

COSTA, Kelly Cristina de Aguiar Rosa; LIRA, Marinalva Maniçoba; SOUZA, Norberta Nunes. O letramento digital no ensino fundamental das escolas públicas: uma análise teórica. In: OLIVEIRA, Habyhabanne Maia (Org.). *Perspectivas e Reflexões sobre a Educação*. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 149-156.

ISBN: 978-65-85562-16-4

Resumo

Este estudo visa discutir a importância da inserção do Letramento Digital no Ensino Aprendizagem em escolas de Ensino Fundamental. A escolha do tema justifica-se na percepção de que a cultura digital está inserida em todos os campos da sociedade atual. Na pandemia foi possível perceber como o acesso à internet e as ferramentas digitais são realidades distantes, de crianças que residem em bairros mais pobres. Em contrapartida, percebeu-se que era papel da escola promover o acesso equitativo ao mundo digital e também direcionar o uso adequado dessas tecnologias. Contudo, nem sempre as condições materiais favoreceram essa dinâmica. Apesar das contradições, as autoras defendem que o letramento digital constitui importante instrumento de transformação do cidadão na participação social. Para essa discussão, valeu-se da pesquisa qualitativa e bibliográfica, com estudo das obras de autores como Freire (2000), Lévy (1999), Coscarelli e Ribeiro (2017), Aquino (2003), Soares (2004, 2009), Kenski (2007), a Brasil (2018, 2023) e outros.

Palavras-chave: Saberes digitais. Tecnologias. Processo de ensino e aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A realização desta discussão se justifica a partir da reflexão de que as tecnologias deixaram de ser um conforto e passaram a ser uma necessidade, pois estamos vivenciando um contexto social em que ter acesso à informação e para exercer as práticas sociais como saber navegar e utilizar as diferentes plataformas e 'apps' ou mesmo interagir nas redes sociais por meio de mensagens ou utilização de endereços eletrônicos, é necessário estar conectado e apropriar-se de conhecimentos acerca do uso adequado das Tecnologias Digitais.

As discussões acadêmicas apontam a necessidade de se desenvolver desde cedo essa temática, democratizar o acesso e conscientizar os estudantes sobre o consumo responsável das informações adquiridas pelo meio digital para a potencialização dos conhecimentos que impulsionam a vida nesta sociedade contemporânea. É preciso pensar em uma escola que apoie a formação do professor, incentivando cursos, palestras e debates acerca do tema.

A instituição escolar deve proporcionar aos alunos experiências de aprendizagens significativas, ensinando-os a ler e produzir conteúdo na "internet", a comentar sobre as publicações, a avaliar notícias questionáveis e compartilhar informações de forma responsável. O espaço educacional deve mediar novos saberes, viabilizar a equidade, instigar os estudantes a criticidade diante a diversidade de informações em que são imersos, tornando-os capazes de combater a desinformação, como as Fake News, permitindo aos alunos o protagonismo e torna-os habilitados e competentes frente às urgências da sociedade moderna.

O objetivo deste estudo é discutir o Letramento Digital no cotidiano de classes do Ensino Fundamental em escolas públicas, procurando analisar a importância da leitura e escrita em ambiente analógico e digital. Há uma necessidade do contínuo letramento, ampliando ao letramento digital no processo de ensino-aprendizagem visando adquirir as habilidades voltadas a essa nova cultura.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica deste trabalho constitui-se por meio do levantamento teórico sobre as concepções do letramento digital e sua importância na prática pedagógica e social, visto que o tema é uma das urgentes pautas a serem discutidas no contexto Educacional. Assim, a escrita desse capítulo de livro se alicerçou na pesquisa qualitativa com metodologia bibliográfica, que compõe o estudo das obras de autores como Freire (2000), Lévy (1999), Coscarelli e Ribeiro (2017), Aquino (2003), Soares (2004, 2009), Kenski (2007), a Brasil (2018, 2023) e outros.

DISCUSSÕES INICIAIS SOBRE LETRAMENTO E O LETRAMENTO DIGITAL

Um dos papéis essenciais da Escola é formar cidadãos aptos a atuar na sociedade de forma plena. Para tal, o discente deve ser alfabetizado e letrado, num processo baseado em fundamentação teórica, com prática adequada, conhecimento sistematizado e respeito às especificidades de cada estudante. Conforme Soares (2004), a Alfabetização e o Letramento são dois processos distintos, de natureza essencialmente diferente, entretanto, são interdependentes e mesmo indissociáveis. Alfabetizar no contexto de letramento ou letrar, ao mesmo tempo que se alfabetiza.

Alfabetização é um processo de representação dos sons da fala, é o codificar e o decodificar. É o aprendizado de uma tecnologia, pois, segundo Soares (2004), o complexo processo de alfabetização depreende saber utilizar o lápis, aprender a configuração da escrita, dentre outros aspectos cognitivos e linguísticos. Já o Letramento é a utilização da língua escrita de forma funcional nas diferentes situações sociais, identificando e lidando com os diferentes gêneros.

A própria leitura do mundo, para Freire (2000) deveria anteceder a leitura da palavra, pois o letramento vai além do aparato de formação escolar. Iniciamos o processo de letramento desde o nascimento, em nossos lares, nas trocas discursivas com os familiares. Ser letrado é perceber como adequar da melhor forma nossa linguagem, atendendo ao contexto em que se está inserido. É estar preparado para a imersão social que envolve textos e diferentes comunicações na escola e na sociedade.

Criar condições para que os alfabetizados passassem a ficar imersos em um ambiente de letramento, para que pudessem entrar no mundo letrado, ou seja, num mundo em que as pessoas têm acesso à leitura e à escrita, têm acesso aos livros, revistas e jornais, têm acesso às livrarias e bibliotecas, vivem em tais condições sociais que a leitura e a escrita têm uma função para elas e tornam-se uma necessidade e uma forma de lazer. (SOARES, 2009, p. 58-59).

O letramento acompanha a evolução da sociedade e esse progresso nos faz adquirir novos letramentos percebidos no dia a dia e interpretam o mundo atual, que não se concebe apenas nas práticas adquiridas nos saberes analógicos, mas se expande ao mundo digital. Ser um letrado digital significa construir conhecimento numa sociedade onde envolve as tecnologias digitais e a linguagem midiática. O indivíduo, para exercer a garantia da cidadania, precisa na sociedade contemporânea, saber utilizar o celular em suas diversas funções, utilizar um caixa eletrônico, acessar as informações disponibilizadas em plataformas digitais e produzir conteúdo responsável para disponibilizar nestes espaços.

O letramento digital significa o domínio de técnicas e habilidades para acessar, interagir, processar e desenvolver uma multiplicidade de competências na leitura das mais variadas mídias. Um indivíduo possuidor de letramento digital necessita de habilidade para construir sentidos a partir de textos que mesclam palavras que se conectam a outros textos através de hipertextos, links, hiperlinks, elementos pictóricos e sonoros numa mesma superfície (textos multimodais). Ele precisa também ter capacidade para localizar, filtrar e avaliar criticamente informação disponibilizada eletronicamente e ter familiaridade com as normas que regem a comunicação com outras pessoas pelos sistemas computacionais (AQUINO, 2003, p. 1-2).

O letramento digital traz consigo a democratização das informações, mas, para tal, as políticas públicas são fundamentais para romper com os desafios como a precariedade no acesso à 'internet' nas comunidades de maior vulnerabilidade, estendendo o acesso do aparato digital a todos. Muitos são os benefícios trazidos pelo uso adequado das tecnologias que podem favorecer a consolidação célere e qualitativa das habilidades necessárias para que o indivíduo exerça plenamente sua cidadania. Conforme Kenski (2007, p. 34), "as tecnologias garantem às escolas a possibilidade de se abrir e oferecer

educação para todos indistintamente (...). O uso intensivo das mais novas tecnologias digitais e das redes transforma as dimensões da educação e dá à escola o tamanho do mundo”.

APROFUNDANDO NA DISCUSSÃO SOBRE LETRAMENTO DIGITAL

Com a pandemia, a população viveu desafios em vários setores de serviços e destaca-se aqui o setor onde está inserida a Educação, delimitando aqui o ensino público, que por sua necessidade de atuação na sociedade, precisou reformular-se de modo abrupto para atender aos estudantes não apenas nas urgências curriculares, mas também em suas necessidades de interação, socialização, entre outros. Essa nova abordagem buscou, de forma célere, capacitar os profissionais para mediar o ensino de forma virtual e digital.

A pandemia acelerou o processo de inserção tecnológica no trabalho dos docentes das escolas públicas do Ensino Fundamental. Muitos não haviam se apropriado de forma consolidada ao uso dessas ferramentas midiáticas e grande parte nem havia iniciado essa inserção na rotina de planejamento ou na rotina das aulas. Observou-se nesse contexto, que, em geral, as escolas privadas já utilizavam as tecnologias digitais e avançavam no letramento digital com os docentes e os discentes.

Não favorecendo esse acesso à informática e não a transformando em aliada para a educação, sobretudo das camadas populares, a escola estará contribuindo para mais uma forma de exclusão de seus alunos, e isso vai excluí-los de muitas outras instâncias da sociedade contemporânea, que exige dos seus cidadãos um grau de letramento cada vez maior. (COSCARELLI 2017, p. 32).

O retorno presencial foi marcado por momentos de ensino híbrido, onde o acesso às tecnologias digitais era importante para a continuidade do processo de aprendizagem. E com o passar do tempo, o ensino público retornou integralmente a sua forma presencial. Mas essa trajetória destacou a triste constatação de que em nosso país, segundo a Folha de São Paulo, cerca de 70 milhões de brasileiros têm acesso precário ou nenhum acesso à internet. Essa informação pôde ser evidenciada pelos educadores, que se frustraram na

tentativa de garantir o ensino a seus alunos em situação de vulnerabilidade social e econômica.

A Lei 14.533, de 11 de janeiro de 2023, instituiu a Política Nacional de Educação digital (PNED) que apresenta cinco eixos estruturantes: Inclusão, Educação, Capacitação e Especialização Digital e Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Um dos pontos importantes do PNED é empregar políticas públicas que alcancem a população mais carente e vulnerável. Algumas dessas ações devem ser a garantia de acesso às práticas digitais e fornecimento de infraestrutura digital de conectividade e formação para a capacitação dos educadores.

É necessário, sobretudo, que os professores se sintam confortáveis para utilizar esses novos auxiliares didáticos. Estar confortável significa conhecê-los, dominar os principais procedimentos técnicos para sua utilização, avaliá-los criticamente e criar novas possibilidades pedagógicas, partindo da integração desses meios com o processo de ensino (KENSKI, 2007, p. 77).

O professor capacitado e seguro diante o uso das tecnologias digitais pode envolver seus alunos na leitura crítica de informações e textos midiáticos, ensinando os discentes a saber: conferir a qualidade da informação, produzir mídias de forma criativa, participar na Internet utilizando-a de forma segura, responsável e consciente, ou seja, explorar os temas que circundam o mundo virtual inconstante e imprevisível e que necessitam de ações que tragam segurança e de cunho preventivo, pois nem tudo no mundo das tecnologias é positivo. Conforme Lévy (1999), o Isolamento e sobrecarga cognitiva (estresse pela comunicação e pelo trabalho diante da tela), dependência (vício na navegação ou em jogos em mundos virtuais).

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2018, p.9)

Segundo Brasil (2018), a construção das competências de inclusão do letramento digital encontra-se em três elementos que as definem: saber ler, saber escrever e participar na

Internet. Este documento já traz em seu texto a necessidade de alfabetização, visando incluir os discentes e inserir todos os envolvidos no processo escolar neste mundo digital, com responsabilidade e criticidade. A BNCC aborda essa competência que dispõe sobre as tecnologias, motivando sua aplicação no âmbito escolar de forma transversal aos demais temas. Com isso, permite à escola e professores ampliar as possibilidades de aprendizagem de forma criativa e crítica, possibilitando o enriquecimento das metodologias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O letramento digital constitui importante instrumento de transformação do cidadão na participação social. Ele não se finda, é contínuo e acompanha a evolução da sociedade. O letramento acontece em todos os espaços escolares e não escolares, porém é na escola que se aprende o seu uso em diferentes situações sociais. A escola é o espaço democrático propício para o aprofundamento dos processos de letramento, que rompe a esfera analógica e se multiplica na esfera digital, mediando este ensino que é essencial as demandas para a vida contemporânea.

Interessante observar que os processos de alfabetização e letramento convencionais já apresentam na escola vários problemas demonstrados por meio das avaliações externas. A pandemia agravou os problemas gerados pelo analfabetismo funcional, que gera indivíduos iletrados. Essa realidade pode ser modificada quando, segundo Soares 2009, criar condições para que os alfabetizados passem a ficar imersos em um ambiente em que as pessoas tenham acesso a livros, revistas, jornais, bibliotecas e vivam em condições sociais onde a leitura e a escrita tenham função para elas e torna-se uma necessidade e uma forma de lazer.

Essa imersão no letramento analógico hoje pode ser ampliada com maior alcance e múltiplas possibilidades de consumo de informações e conteúdo no ambiente digital. A forma de escolha de informações e conteúdos de qualidade deve ser aprendida da escola, em que poderão ser discutidos os riscos que as redes sociais oferecem e as questões de responsabilidade social que envolvem o uso, como saber com quem se está conversando, perfis falsos, práticas ilícitas e notícias falsas. As Instituições de Ensino junto aos poderes públicos, entendendo a dimensão do letramento digital, poderão mobilizar-se para ampliar o potencial da ação pedagógica, permitindo novas experiências e muitos avanços.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Renata. Usabilidade é a chave para o aprendizado em EAD. In: Institute for learning & performance, 2005. Disponível em: <https://www.lwww.learningperformancebrasil.com.br/home/noticias/> Acesso em: 13 de Janeiro de 2021.

COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa. Letramento digital: aspectos sociais e práticas pedagógicas. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular. Brasília: Mec/SEB, 2018. Disponível em: Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no contexto escolar: possibilidades (mec.gov.br). Acesso em: 05 de abril de 2023.

BRASIL. Lei n° 14.533 de 11 de janeiro de 2023. Instituiu a Política Nacional de Educação Digital (PNED). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14533.htm. Acesso em: 03 de maio de 2023.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOARES, Magda. Letramento no Brasil. São Paulo: Global, 2004.